

DECRETO Nº 106.619, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

ANEXO II

CIVIS

AGRACIADO	CARGO / INSTITUIÇÃO
MARIALBA DOS SANTOS BRAGA	COORDENADORA DA PROCURADORIA JUDICIAL
MANUELA DANTAS BATISTA	PROCURADORA DA PROCURADORIA JUDICIAL
PIETRO AUGUSTO AQUINO GOMES COELHO	EMPRESÁRIO
MAURICIO CAVALCANTE BUGARIM	DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL GRACILIANO RAMOS
JOSÉ EDSON DOS SANTOS AMORIM	AUXILIAR DE SERVIÇOS NO CENTRO MÉDICO HOSPITALAR DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS
RAFAEL MAURICIO DA ROCHA MAYNART	ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO DA SSP
JÚLIO CEZAR DA SILVA	SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO GOVERNO DE ALAGOAS
JOSÉ FRANCISCO ALVES DA SILVA	EMPRESÁRIO
ADRIANO DIONISIO DOS SANTOS	MÉDICO
JOAQUIM ARQUIMNIO DE CARVALHO FILHO	MÉDICO
CARLOS JORGE UCHÔA SAMPAIO	EMPRESÁRIO
MARIANA DE ALMEIDA SAMPAIO	EMPRESÁRIO
GENEIR MARQUES DE CARVALHO FILHO	JUIZ DE DIREITO
ALEXANDRE MACHADO DE OLIVEIRA	JUIZ DE DIREITO
HAMILTON CARNEIRO JUNIOR	PROMOTOR DE JUSTIÇA
NAPOLEÃO JOSÉ CALHEIROS CORREIA DE MELO AMARAL FRANCO	PROMOTOR DE JUSTIÇA
JOSÉ ROBERTO NUNES DO NASCIMENTO	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
OLDEMBURGO DA SILVA PARANHOS FILHO	DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL
OLDEMBERG FONSÊCA PARANHOS	DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

JOSÉ ROBERTO SANTOS WANDERLEY

Gerente de Documentação e Publicação de Atos Governamentais

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS, GOVERNADOR DO ESTADO, EM DATA DE 30 DE JANEIRO DE 2026, DESPACHOU OS SEGUINTE PROCESSOS:

PROC.E:1400-187/26, da SEAGRI = De acordo. Encaminhe-se a Mensagem acompanhada do respectivo Projeto de Lei à egrégia Assembleia Legislativa Estadual.

PROC.E:1500-52474/25 da SEFAZ = Com fundamento no Parecer PGE PLICGERAL 36140271 e no Despacho PGE COOPLIC 36219452, aprovado pelo Despacho PGE GPG 36247936, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, bem como no Despacho SEGOV NPGE 36868388 e no Despacho SEGOV SSMC 36868512, ambos da Secretaria de Estado de Governo – SEGOV, autorizo a celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre o Estado de Alagoas, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AL, e o Conselho Regional de Contabilidade de

Alagoas – CRC/AL, inscrito no CNPJ sob o nº 12.303.541/0001-78, representado por sua Presidente, a Contadora ADRIANA ANDRADE ARAÚJO, inscrita no CPF sob o n. 803.589.264-91 cujo objeto é o compartilhamento, pelo CRC/AL à SEFAZ/AL, da base de dados cadastrais dos profissionais da contabilidade com registro ativo e em situação regular, para uso exclusivo nas atividades de fiscalização e validação da regularidade profissional no âmbito do Estado de Alagoas, visando fortalecer a atuação integrada dos partícipes, combater o exercício ilegal da profissão contábil e garantir a autenticidade das informações utilizadas pela Administração Fazendária Estadual, de que trata o Processo Administrativo nº E:01500.0000052474/2025. Remetam-se os autos à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ para as providências de estilo.

JOSÉ ROBERTO SANTOS WANDERLEY

Gerente de Documentação e Publicação de Atos Governamentais

Procuradoria Geral do Estado (PGE)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2026 – PGE/AL

EMENTA: Prorroga prazos da Resolução PGE/AL nº 050/2025, reabre prazo para desistências e novas adesões, e dá outras providências) A PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS – PGE/AL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, CONSIDERANDO a publicação da Resolução Administrativa PGE/AL nº 050/2025, que instituiu condições e procedimentos para a celebração de acordo relativo à majoração da carga horária, mediante adesão voluntária dos servidores interessados; CONSIDERANDO que a referida resolução estabeleceu prazo para assinatura do acordo pelo Governo do Estado, contado do recebimento da documentação necessária; CONSIDERANDO que, por razões administrativas, o prazo originalmente previsto não foi observado; CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a transparência, a segurança jurídica, a autonomia da vontade dos servidores e o respeito ao princípio da publicidade dos atos administrativos; CONSIDERANDO, ainda, que acordos administrativos com estrutura semelhante, contemplando renúncia a efeitos financeiros pretéritos e implantação escalonada de vantagens remuneratórias, já foram firmados com outras categorias do funcionalismo estadual, como forma de assegurar tratamento isonômico, previsibilidade administrativa e coerência na condução da política remuneratória do Estado; CONSIDERANDO a necessidade de observância das competências institucionais da Procuradoria-Geral do Estado e da SEPLAG na validação jurídica dos atos e na apuração de dados administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º – Ficam prorrogados os prazos previstos na Resolução Administrativa PGE/AL nº 050/2025, nos termos e condições estabelecidos nesta Resolução.

Art. 2º – O acordo administrativo de que trata a Resolução Administrativa PGE/AL nº 050/2025 será celebrado em caráter voluntário e estará condicionado ao atendimento cumulativo das seguintes condições:

I – adesão expressa do servidor, mediante assinatura do respectivo termo de anuência;

II – renúncia aos efeitos financeiros retroativos decorrentes da majoração da carga horária;

III – aceitação da implantação escalonada e progressiva do percentual total de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento), nos termos do art. 4º desta Resolução;

IV – desistência expressa de eventual ação judicial individual que tenha por objeto a majoração da carga horária ou seus efeitos financeiros, quando existente, bem como renúncia ao direito sobre o qual se funda a referida ação;

V – validação jurídica das adesões pela Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas;

VI – atingimento do percentual mínimo de adesão previsto no art. 4º desta Resolução, ou, excepcionalmente, a formalização do acordo nos termos do § 2º do referido artigo.

Parágrafo único. O acordo não gera direito a efeitos financeiros pretéritos, produzindo efeitos exclusivamente na forma, nos prazos e nos percentuais previstos nesta Resolução.

Art. 3º – Fica reaberto, pelo prazo de 05 (cinco) dias corridos, contado da publicação desta Resolução, o prazo para que os servidores que já tenham apresentado Termo de Anuência e Termo de Adesão possam, se assim desejarem, formalizar desistência do acordo.

§ 1º A desistência deverá ser realizada mediante protocolo expresso no local indicado pelo SINDPOL – Sindicato dos Policiais Cíveis de Alagoas.

§ 2º A ausência de manifestação no prazo previsto será interpretada como ratificação integral da adesão anteriormente formalizada.

§ 3º No mesmo prazo ficará facultada a realização de novas adesões.

§ 4º As novas adesões deverão observar, integralmente, os moldes, requisitos e procedimentos estabelecidos na redação originária da Resolução Administrativa PGE/AL nº 050/2025.

§ 5º O protocolo de eventuais desistências deverá ocorrer mediante utilização do modelo constante do anexo desta Resolução, devendo o servidor receber contrafé protocolizada.

§ 6º As adesões e eventuais desistências formalizadas com o apoio do sindicato somente produzirão efeitos após validação administrativa pela Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas.

Art. 4º – Embora facultada a desistência individual, nos termos do art. 3º desta Resolução, o acordo administrativo somente será formalizado pelo Governo do Estado caso, ao final do prazo ali previsto, seja atingido o percentual mínimo de adesão correspondente a 90% (noventa por cento) dos servidores alcançados pelo acordo administrativo de que trata a Resolução Administrativa PGE/AL nº 050/2025.

§ 1º A aferição do percentual de adesão e do quantitativo de servidores aderentes será realizada pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG, exclusivamente após o encerramento do prazo previsto no art. 2º desta Resolução, considerando-se apenas as adesões e desistências formalmente protocoladas e validadas pela Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas – PGE/AL.

§ 2º Excepcionalmente, caso não seja atingido o percentual mínimo previsto no caput, o acordo administrativo poderá ser formalizado, desde que reste demonstrada sua vantagem para o Estado, mediante análise jurídica específica da Procuradoria-Geral do Estado acerca dos efeitos e riscos decorrentes da não adesão de parte dos servidores, e deliberação expressa e motivada do Comitê de Negociação Sindical – CONES, considerada a conveniência e a oportunidade administrativa.

Art. 5º – Encerrado o prazo previsto no art. 3º desta Resolução, o Governo do Estado disporá de até 30 (trinta) dias corridos para proceder à assinatura formal do acordo, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que devidamente motivada a necessidade administrativa e comunicada expressamente ao sindicato representativo da categoria.

Art. 6º – Concluída a assinatura formal do acordo administrativo, nos termos do art. 5º desta Resolução, o instrumento deverá ser celebrado no âmbito da Câmara Estadual de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – CEPRAC, como etapa prévia à sua submissão ao Poder Judiciário.

Art. 7º – O acordo administrativo celebrado nos termos do art. 6º será submetido à homologação judicial, para fins de produção de efeitos em relação aos servidores que possuam ação judicial em curso, observadas as competências da Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas para a adoção das medidas processuais cabíveis.

Parágrafo único. Para os servidores que não possuam ação judicial em curso, o acordo produzirá efeitos exclusivamente no âmbito administrativo, independentemente de homologação judicial.

Art. 8º – A celebração do acordo no âmbito da Câmara Estadual de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – CEPRAC e sua posterior submissão à homologação judicial deverão ser acompanhadas de listagem nominal dos servidores aderentes que possuam ação judicial em curso, com a identificação individualizada dos respectivos processos, para fins de formalização da desistência ou adoção das medidas processuais cabíveis.

Parágrafo único. A listagem referida no caput deverá ser validada pela Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas e servirá de base para a atuação processual do Estado nos autos judiciais correspondentes.

Art. 9º – Em relação aos servidores que não aderirem ao acordo administrativo e possuam ações judiciais em curso, a Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas manterá integralmente sua atuação processual, adotando as medidas jurídicas cabíveis para a defesa do interesse público, nos termos de suas atribuições constitucionais e legais.

Art. 10º – A implantação do percentual total de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) decorrente da majoração da carga horária observará os seguintes regimes:

I – implantação escalonada, para os servidores que aderirem ao acordo administrativo e ainda não possuam a implantação integral do percentual na folha de pagamento, nos termos do cronograma a seguir:

- a) 10,00% (dez por cento), a partir de março de 2026;
- b) 3,33% (três vírgula trinta e três por cento), a partir de setembro de 2026;
- c) 5,00% (cinco por cento), a partir de março de 2027;
- d) 5,00% (cinco por cento), a partir de setembro de 2027;
- e) 5,00% (cinco por cento), a partir de março de 2028;
- f) 5,00% (cinco por cento), a partir de setembro de 2028.

§ 1º O regime de implantação escalonada previsto no inciso I não se aplica aos servidores que já possuam implantação integral do percentual de 33,33% na folha de pagamento, ainda que decorrente de decisão judicial provisória ou liminar, vedada qualquer redução remuneratória.

§ 2º Aos servidores referidos no § 1º que aderirem ao acordo administrativo aplicar-se-á, exclusivamente, a renúncia aos efeitos financeiros retroativos, permanecendo inalterada a implantação já existente.

§ 3º Os percentuais previstos no inciso I serão implantados de forma cumulativa e progressiva, até a integralização do percentual total de 33,33%, não gerando direito a efeitos financeiros pretéritos.

§ 4º Os servidores amparados por decisão judicial definitiva permanecerão com a implantação integral e definitiva do percentual, com todos os efeitos estabelecidos na redação originária da Resolução Administrativa PGE/AL nº 050/2025.

Art. 11 – A retenção dos honorários advocatícios ocorrerá no formato expressamente consignado nos termos de anuência, mantendo em todos os termos o disposto na Resolução PGE/AL nº 050/2025.

Parágrafo único. Para aqueles que já protocolaram seus termos de adesão e de anuência e ainda não obtiveram a implantação da majoração salarial em 33,3%, fica autorizado, dentro do estabelecido no artigo 2º da presente resolução, a repactuação do formato de pagamento dos honorários advocatícios, desde que em comum acordo com o(a) respectivo(a) advogado(a), por se tratar de relação privada.

Art. 12 – Os efeitos financeiros decorrentes da majoração da carga horária produzirão efeitos exclusivamente nas datas e nos percentuais previstos no cronograma de implantação estabelecido nesta Resolução, independentemente da data de assinatura do acordo.

Art. 13 – Permanecem ratificadas as demais disposições da Resolução PGE/AL nº 050/2025.

Art. 14 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maceió/AL, 2 de fevereiro de 2026.

SAMYA SURUAGY DO AMARAL
Procuradora-Geral do Estado de Alagoas